

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Palavras Prévias (à guisa de uma introdução ao <i>Manual Prático da Execução de Alimentos</i> ): conhecimento também é um caminho da felicidade..... | 15 |
| Apresentação.....  | 27 |
| Prefácio compartilhado.....  | 31 |

## CAPÍTULO 1

|  |    |
|--|----|
| <b>UMA NOVA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS:<br/>“AMANHÃ SERÁ UM LINDO DIA”</b> .....  | 37 |
| <b>1.1</b> A evolução da responsabilidade parental: da irresponsabilidade dos pais à tutela constitucional da solidariedade familiar .....   | 38 |
| <b>1.2</b> A estranha necessidade de um processo de execução de alimentos: um paradoxo em si mesmo e as novidades implementadas pelo Código de Processo Civil de 2015.....         | 45 |
| <b>1.3</b> Uma visão evolutiva da execução de alimentos: de uma perspectiva formalista do processo à efetividade do crédito (tutela dos direitos) .....                            | 49 |
| <b>1.4</b> O amplo conceito de <i>alimentos</i> e as múltiplas medidas executivas (técnicas) possíveis para a sua efetividade no contexto do Código de Processo Civil de 2015..... | 55 |
| <b>1.5</b> A tutela dos alimentos, as técnicas processuais executivas e a necessidade de incorporação pelo jurista: o processo precisando atuar na vida como ela é.....            | 62 |

|            |   |    |
|------------|---|----|
| <b>1.6</b> | O pêndulo de Foucault: o (des)equilíbrio entre a <i>máxima efetividade da execução</i> e a <i>menor onerosidade ao devedor</i> a justificar a <i>cumulabilidade</i> , a <i>variabilidade</i> e a <i>atipicidade</i> das técnicas executórias..... | 65 |
| <b>1.7</b> | Classificações da obrigação alimentícia essenciais à perfeita compreensão da execução de alimentos/cumprimento de decisão .....   | 75 |
| 1.7.1      | Generalidades.....  | 75 |
| 1.7.2      | Alimentos provisórios, definitivos e provisionais.....  | 75 |
| 1.7.3      | Alimentos transitórios (por tempo determinado).....   | 80 |
| 1.7.4      | Alimentos legítimos, voluntários e indenizatórios.....  | 84 |
| 1.7.5      | Alimentos pretéritos, atuais e futuros.....   | 87 |

## CAPÍTULO 2

|   |   |     |
|---|---|-----|
| <b>ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS/ CUMPRIMENTO DE DECISÃO</b> ..... | 93  |     |
| <b>2.1</b>  | Processo e procedimento: não existem dois procedimentos (ritos) de execução de alimentos/cumprimento de decisão judicial, mas um só provido de diferentes técnicas tendentes à eficiência.....  | 94  |
| <b>2.2</b>  | A competência para processar e julgar a execução de alimentos/cumprimento de decisão.....   | 99  |
| <b>2.3</b>  | A legitimidade ativa e passiva para a execução de alimentos/cumprimento de decisão .....  | 105 |
| 2.3.1   | Lineamentos gerais sobre a legitimidade para a efetivação dos alimentos: representação, assistência, indeferimento da petição inicial e alimentos <i>intuitu familiae</i> .....   | 105 |
| 2.3.2   | A legitimidade complementar e subsidiária dos avós (a execução dos alimentos avoengos) e a execução alimentícia contra eles.....  | 110 |
| 2.3.3   | A legitimidade do Ministério Público para a execução de alimentos/cumprimento de decisão .....  | 113 |
| 2.3.4   | A legitimidade do nascituro e da gestante: a execução/cumprimento de decisão dos alimentos gravídicos.....  | 116 |
| <b>2.4</b>  | A morte de uma das partes antes ou no curso da execução de alimentos/cumprimento da decisão, a extinção da obrigação e a possibilidade de cobrar a dívida do espólio (legitimidade passiva do espólio ou habilitação no inventário?)..... | 120 |

---

|   |     |
|---|-----|
| <b>2.5</b> A prescrição da pretensão executiva dos alimentos, a teoria do <i>contra non valentem</i> (paralisação de prazo por decisão judicial) e a prescrição intercorrente .....                       | 129 |
| <b>2.6</b> O procedimento de execução de alimentos/cumprimento de decisão na prática: autos autônomos, próprios autos e a possibilidade de mitigação estratégica pelo credor.....                         | 136 |
| <b>2.7</b> O valor da causa e a gratuidade judiciária .....   | 137 |
| <b>2.8</b> A citação/intimação do devedor na execução de alimentos/cumprimento de decisão.....  | 144 |
| <b>2.9</b> Designação excepcional de audiências especiais na execução de alimentos/cumprimento de decisão .....   | 151 |
| <b>2.10</b> Tramitação ininterrupta nas férias e no recesso judiciário e a suspensão dos prazos processuais .....   | 153 |
| <b>2.11</b> A intervenção fiscalizatória do Ministério Público ( <i>custos juris</i> , o fiscal da ordem jurídica).....   | 157 |
| <b>2.12</b> O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica como um instrumento de efetividade processual e a possibilidade de aplicação na execução de alimentos/cumprimento de decisão..... | 160 |
| 2.12.1 Noções conceituais e o espaço de incidência da <i>disregard theory</i> na obrigação alimentícia (em sua modalidade inversa).....   | 160 |
| 2.12.2 Requisitos para a aplicação da desconconsideração da personalidade jurídica na execução de alimentos/cumprimento de decisão..  | 164 |
| 2.12.3 Aspectos processuais: a desconconsideração da personalidade na execução de alimentos/cumprimento de decisão na prática .....   | 168 |
| <b>2.13</b> O cabimento (ainda que residual) da exceção (objeção) de pré-executividade.....   | 172 |
| <b>2.14</b> Desistência do procedimento, assunção pelo Ministério Público e inexistência de sub-rogação do crédito alimentício e impossibilidade de continuidade do processo por terceiro.....            | 176 |
| <b>2.15</b> A extinção frustrada da execução e a possibilidade de ação de reembolso de alimentos: inexistência de sub-rogação do crédito inadimplido por quem assumiu a manutenção do credor .....        | 180 |
| <b>2.16</b> Execução inversa ou invertida: a iniciativa do devedor .....  | 187 |

## CAPÍTULO 3

|  |     |
|--|-----|
| <b>AS DIFERENTES TÉCNICAS PROCESSUAIS DISPONIBILIZADAS PARA A EXECUÇÃO DE ALIMENTOS/CUMPRIMENTO DE DECISÃO: A BUSCA DA EFETIVIDADE PROMETIDA</b> .....   | 191 |
| <b>3.1</b> Execução de alimentos/cumprimento de decisão: um procedimento único com diferentes técnicas executivas para a tutela de um direito diferenciado.....  | 192 |
| <b>3.2</b> Aplicação das técnicas processuais do cumprimento de decisão à execução de alimentos baseada em títulos judiciais ou extrajudiciais: uma normatividade comum.....   | 195 |
| <b>3.3</b> O cumprimento espontâneo da obrigação alimentar por meio preferencial de depósito bancário, a (in)validade do pagamento direto e por terceiro e a sua (in)compensabilidade (alimentos <i>in natura</i> ).....                                       | 197 |
| <b>3.4</b> A técnica do desconto em rendimentos do devedor.....  | 201 |
| <b>3.5</b> A técnica da constrição patrimonial (expropriação de bens do devedor) .   | 213 |
| 3.5.1 Noções gerais sobre a constrição patrimonial por penhora: iniciativa exclusiva da parte.....   | 213 |
| 3.5.2 Os atos procedimentais na execução de alimentos/cumprimento de decisão com penhora de bens: o <i>iter</i> da expropriação patrimonial .....  | 214 |
| 3.5.3 Patrimônio executável do devedor: todos os bens são penhoráveis para pagamento de uma dívida alimentícia (inclusive remunerações, bem de família, FGTS, verbas rescisórias, créditos em outros processos e milhas aéreas/programas de fidelidade)? ..... | 220 |
| 3.5.4 <b>A penhora, inclusive de dinheiro (Bacenjud / CCS Bacen), de cotas de consórcio, de previdência privada e de contas conjuntas, a adjudicação e a alienação de bens</b> .....   | 230 |
| 3.5.5 Direito de preferência do credor de alimentos na hipótese de concurso creditício .....   | 241 |
| 3.5.6 A possibilidade de expedição da certidão premonitória e o registro da citação ou da constrição judicial (penhora) como medida assecuratória do crédito alimentício.....  | 242 |
| 3.5.7 O cabimento dos embargos de terceiros no cumprimento de decisão/execução de alimentos .....  | 247 |

---

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| <b>3.6</b>  | A técnica da coerção pessoal (prisão civil do devedor de alimentos) .....  | 249 |
| 3.6.1       | A responsabilidade patrimonial e a repugnância pela prisão civil por dívidas em geral e a adequação social e jurídica da prisão civil do devedor de alimentos .....  | 249 |
| 3.6.2       | O <i>iter</i> procedimental: o cumprimento de decisão/execução de alimentos com custódia civil na prática .....  | 253 |
| 3.6.3       | Uma trilogia defensiva: as possibilidades de resposta do devedor de alimentos .....  | 258 |
| 3.6.4       | A natureza personalíssima ( <i>intuitu personae</i> ) e coercitiva (não punitiva) da prisão civil do devedor de alimentos e os efeitos decorrentes: inadmissibilidade de prisão de um terceiro e de denunciação da lide/chamamento ao processo ..... | 263 |
| 3.6.5       | A duração, a forma de cumprimento da prisão civil e a (im)possibilidade de concessão de benefícios ao devedor (descabimento de prisão especial) .....  | 266 |
| 3.6.6       | A necessidade de pagamento integral da dívida para liberar a prisão e a inaplicabilidade da teoria do <i>substantial performance</i> : inidoneidade do pagamento parcial .....   | 271 |
| 3.6.7       | Período de inadimplemento autorizador da prisão civil: os três meses anteriores ao pedido e os que se vencerem no procedimento (a denominada <i>dívida atual</i> ) .....   | 274 |
| 3.6.8       | Impossibilidade de uso da técnica da prisão civil no caso de inadimplemento dos alimentos compensatórios .....   | 279 |
| 3.6.9       | Recurso manejável contra a decisão que determina a prisão civil .....  | 283 |
| 3.6.10      | A dívida alimentícia do menor de dezoito anos e a (im)possibilidade de sua prisão civil .....  | 285 |
| <b>3.7</b>  | As medidas executivas de apoio: protesto e inserção nos cadastros de proteção ao crédito .....   | 292 |
| <b>3.8</b>  | A atipicidade das técnicas executivas e a criatividade do jurista: para o infinito e além .....  | 295 |
| <b>3.9</b>  | A cumulabilidade de utilização das técnicas na execução de alimentos/cumprimento de decisão .....  | 308 |
| <b>3.10</b> | A variabilidade no uso das técnicas executivas e a efetividade do crédito alimentício .....  | 319 |

## CAPÍTULO 4

|   |            |
|---|------------|
| <b>ACHEGAS SOBRE AS QUESTÕES (PROCESSUAIS E MATERIAIS) POLÊMICAS E CONTROVERTIDAS DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS/CUMPRIMENTO DE DECISÃO .....</b>   | <b>325</b> |
| <b>4.1</b> Regras, polêmicas e controvérsias comuns a ambos os títulos originários dos alimentos .....  | 326        |
| <b>4.2</b> As parcelas acessórias alimentícias e o seu cálculo: honorários de advogados, custas processuais, juros e correção monetária, sem incidência de imposto de renda.....  | 328        |
| <b>4.3</b> O cálculo da pensão alimentícia devida e a sua retroatividade para a definição do valor devido e executável ( <i>quantum debeatur</i> ) .....  | 340        |
| <b>4.4</b> A existência de ação de revisão ou exoneração e a retroatividade dos alimentos.....  | 344        |
| <b>4.5</b> O perigo de decisões contraditórias e a recomendável cooperação judiciária nacional como mecanismo de otimização e efetividade entre os juízos da execução e da revisão/exoneração de alimentos ou da violência doméstica e familiar ..... | 349        |
| <b>4.6</b> O cumprimento de decisão que fixou reparação de danos em prestações periódicas (alimentos indenizatórios ou ressarcitórios) .....  | 354        |
| <b>4.7</b> A possibilidade de constituição de renda nos alimentos familiares .....  | 365        |
| <b>4.8</b> Cabimento da execução de alimentos/cumprimento de decisão por desapossamento de bens (ou seria um caso de fixação de alimentos <i>in natura</i> ).....   | 367        |
| <b>4.9</b> Possibilidade de parcelamento da dívida alimentícia inadimplida? (Uma proposta interpretativa para a admissibilidade da moratória judicial) .....  | 374        |
| <b>4.10</b> Indenização por dano material, moral ou perda de uma chance decorrente do reiterado inadimplemento alimentício? .....   | 383        |
| <b>4.11.</b> O inadimplemento alimentício, a (não) cessação da convivência entre pai e filho, a suspensão/destituição do poder familiar e a possibilidade de crime de abandono material.....  | 390        |
| <b>4.12</b> A renúncia de herança pelo devedor de alimentos e a aceitação indireta pelo credor .....  | 398        |
| <b>4.13</b> O cumprimento no território brasileiro de decisão estrangeira em matéria de alimentos: o procedimento de homologação no Superior Tribunal de Justiça, os seus requisitos e as possíveis variações .....                                   | 401        |
| <b>4.14</b> O cumprimento fora do território nacional de uma decisão brasileira que fixou alimentos: a aplicação e as regras das convenções internacionais específicas (a competência concorrente internacional) .....                                | 409        |
| Referências .....   | 419        |